O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano V | Volume 16 | Nº 48 | Boa Vista | 2023

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.10535073

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

MUSEOLOGIA NA MODERNIDADE E A TRANSFORMAÇÃO DA CULTURA E SOCIEDADE: TECENDO DIÁLOGOS DECOLONIAIS[1]

Lucas Mateus da Silva Nogueira[2]

Klautenys Dellene Guedes Cutrim[3]

Conceição de Maria Belfort de Carvalho[4]

Arkley Marques Bandeira[5]

Rosalva de Jesus dos Reis[6]

Resumo

A pesquisa em questão tem como objetivo realizar uma análise crítica do desenvolvimento do pensamento museológico, abrangendo os séculos XVIII até o XX, com ênfase na integração do pensamento decolonial nas instituições museológicas contemporâneas. A abordagem metodológica adotada é de natureza básica, com objetivos exploratórios e descritivos, com uma perspectiva qualitativa. A pesquisa bibliográfica, baseada em uma visão crítica e decolonial, foi conduzida em diversas fontes, incluindo SciELO, Portal de Periódicos da CAPES, Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), e Metabuscador Oasis do IBICT, nos últimos três anos, focalizando museologia, decolonialidade e pensamento decolonial em espaços musealizados. Os resultados da análise demonstram que os museus, especialmente aqueles localizados em países profundamente impactados pelos processos de colonização, refletem o pensamento eurocêntrico e, como consequência, uma estética do colonizador e o apagamento da cultura de povos tradicionais. Conclui-se pela urgência em se implementar, nos espaços museológicos, estratégias a fim de desconstruir o pensamento colonial, visando ao fortalecimento de narrativas que deem voz e destaque às comunidades originárias e suas tradições.

Palavras-chave: Cultura; Decolonialidade; Museologia; Sociedade.

Abstract

The objective of the present research is to conduct a critical analysis of the development of museological thought, spanning the 18th to the 20th centuries, with a particular emphasis on integrating decolonial thinking into contemporary museum institutions. The adopted methodological approach is basic in nature, with exploratory and descriptive objectives, employing a qualitative perspective. A critical and decolonial bibliographic research was conducted over the past three years, utilizing various sources including SciELO, the CAPES Periodicals Portal, the Brazilian Library of Theses and Dissertations (BDTD), and the Oasis Metasearch Engine from IBICT. The focus of the research encompasses museology, decoloniality, and decolonial thinking in musealized spaces. The analysis results demonstrate that museums, especially those situated in countries profoundly impacted by colonization processes, reflect Eurocentric thinking and, consequently, a colonizer's aesthetic and the erasure of traditional cultures. The conclusion emphasizes the urgent need to implement strategies in museum spaces to deconstruct colonial thinking, aiming to strengthen narratives that give voice and prominence to indigenous communities and their traditions.

Keywords: Culture; Decoloniality; Museology; Society.

[1] O presente estudo contou com o apoio institucional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

[2] Mestrando em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) E-mail: lucas.mateus@discente.ufma.br

[3] Docente na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) Doutora em Linguística e Língua Portuguesa. E-mail: kdguedes@yahoo.com.br

[4] Docente na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa. E-mail: conbelfort@gmail.com

[5] Docente na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutorado em Arqueologia. E-mail: arkleymbandeira@gmail.com

[6] Docente na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) Doutorado em Políticas Públicas. E-mail: rosalvareis@oi.com.br

INTRODUÇÃO

Os processos de globalização e avanços tecnológicos têm desencadeado profundas mudanças sociais, dando origem a novas identidades culturais e práticas dinâmicas e multifacetadas. Estes conceitos, que moldam valores, crenças, costumes e comportamentos compartilhados, atuam como lentes pelas quais os indivíduos interpretam o mundo, forjando assim suas identidades coletivas. Esse fenômeno é intrinsecamente ligado a correntes filosóficas e políticas que emergiram na modernidade, impulsionadas pelas transformações e revoluções sociais que marcaram o panorama mundial.

No âmbito da museologia, a interseção entre cultura, sociedade, modernidade e decolonialidade tem emergido como um campo de estudo desafiador e relevante, especialmente sob uma perspectiva decolonial. Esta abordagem visa desmantelar as estruturas hierárquicas e coloniais que, ao longo dos séculos, moldaram as narrativas e práticas museológicas. Diante desse contexto, torna-se imperativa a amplificação das vozes marginalizadas e a promoção ativa da diversidade cultural nos museus.

Este texto tem por objetivo analisar, criticamente, a influência da modernidade e suas estruturas hierárquicas e coloniais sobre os espaços museais. Essa reflexão possibilita a identificação de estereótipos presentes nas narrativas expostas, incentivando a promoção da diversidade cultural e o reconhecimento ampliado de vozes marginalizadas. Dessa forma, contribui-se para uma abordagem mais inclusiva e plural nos museus enquanto agentes de disseminação de história e saberes.

Faz-se uma análise do desenvolvimento do pensamento museológico, explorando-se as transformações sociais dos séculos XVIII ao XX, com foco especial na integração do pensamento decolonial nas instituições museológicas, destacando-se a complexidade dessa trajetória. A organização das categorias examinadas neste estudo foi elaborada considerando tanto os fundamentos teóricos quanto as diretrizes da análise de conteúdo, abarcando os aspectos semânticos e léxicos.

A relevância desta pesquisa reside na urgente necessidade de compreender e reformular o papel dos museus na contemporaneidade. O texto está organizado em quatro seções principais. A primeira seção apresenta o referencial teórico que propõe reflexões sobre a modernidade e as mutações socioculturais contemporâneas. Na seção seguinte, o percurso metodológico é delineado, esclarecendo a abordagem utilizada. O destaque subsequente é a análise da decolonialidade em espaços museais, examinando seu impacto e desafios. Por fim, as considerações finais oferecem uma síntese reflexiva dos tópicos discutidos, promovendo uma análise crítica e sugerindo possíveis desdobramentos e implicações para o campo de estudo em questão.

REFERENCIAL TEÓRICO

Refletir sobre as questões do sujeito na modernidade como ser que pensa, reflete e indaga sobre o passado é continuar a criar lutas políticas dentro dos fazeres institucionais de educação e preservação da memória. Os resultados obtidos revelaram uma notável mudança de paradigma nas referidas instituições, destacando-se o reconhecimento crítico das bases iluministas e da visão eurocêntrica.

Esse reconhecimento emergiu como um elemento crucial na desconstrução de estereótipos, fomentando uma abordagem mais inclusiva na preservação do patrimônio e na construção de narrativas históricas. Tal metamorfose paradigmática sugere uma redefinição fundamental no papel dos museus, posicionando-os como agentes ativos na promoção da diversidade cultural e na superação de preconceitos históricos.

No entanto, a modernidade também trouxe consigo as marcas da colonialidade, que se manifestam nas hierarquias raciais, na apropriação cultural e na construção de narrativas hegemônicas. Nesse contexto, a decolonialidade surge como um movimento crítico que visa a desconstruir essas estruturas de poder e promover a equidade e a inclusão no campo museológico.

Nessa esteira, a seção de fundamentação teórica traz algumas reflexões acerca da modernidade e inflexões acerca da emergência da sociedade contemporânea, bem como as transformações socioculturais, no sentido de amparar o debate em torno da museologia decolonial.

REFLEXÕES SOBRE A MODERNIDADE

As transformações sociais desencadeadas pelos processos de globalização e avanços tecnológicos têm propiciado a emergência de novas identidades culturais e práticas culturais, conceitos estes que refletem entendimentos dinâmicos e multifacetados que definem os valores, crenças, costumes e comportamentos compartilhados por um grupo de pessoas. Tais perspectivas servem como uma lente através da qual os indivíduos interpretam o mundo ao seu redor e moldam sua identidade coletiva. Esse fenômeno é intrinsecamente ligado a importantes correntes filosóficas e políticas que surgiram no contexto da modernidade, impulsionadas pelas transformações e revoluções sociais que moldaram o panorama mundial (AHMED, 2023).

O tema "Reflexões sobre a Modernidade" evoca uma análise profunda sobre as transformações sociais, culturais e intelectuais que marcaram a transição da sociedade tradicional para a moderna. Costa (2020, p. 23) afirma que a “Modernidade é a denominação de um conjunto de fenômenos sociais e é

também o resultado de uma série de eventos marcantes no mundo ocidental ocorridos nos últimos quinhentos anos, aproximadamente". Nesse sentido, Mocellim (2011, p. 1) destaca que

> Max Weber compreende o desencantamento do mundo como um processo histórico milenar em que, por meio da religião e da ciência, o mundo foi desmagificado. A consideração da magia como profana, pelas religiões, ou irracional, pelaciência, significou também uma desmagificação da natureza –que de agora em diante só pode ser considerada em sua dimensão científica, e por isso objetiva e causal.

A partir desse prisma, a compreensão da realidade passa a ser moldada pela objetividade e causalidade científica, marcando uma nova era em que a natureza é apreendida de maneira estritamente científica. Nesse contexto, explorar as implicações dessa desmagificação para a compreensão moderna do mundo torna-se essencial, desencadeando uma reflexão crítica sobre as bases da nossa visão de mundo contemporânea.

Assim como destaca Grosfoguel (2016, p. 28), "o nascimento do dito mundo moderno, o "Eu" eurocêntrico substitui Deus como a nova fundação do conhecimento e seus atributos passam a constituir a base da secularização dos atributos do Deus cristão". Essa nova concepção de compreender o indivíduo dentro do contexto universal modificou completamente a forma de ver o mundo e principalmente as coisas; foi uma era de inúmeras reflexões para entendermos o mundo como ele é hoje. A modernidade é caracterizada por transformações sociais em diversas esferas da sociedade, sejam elas institucionais ou sociais. Nessa esteira, Costa (2020, p. 24) complementa dizendo que "A modernidade trouxe uma nova consciência do sentido histórico, uma nova representação da temporalidade histórica e, com ela, o mundo se fragmentou em valores distintos".

Ao abordar a modernidade como um período de transformações sociais, é possível perceber que essa nova concepção do indivíduo dentro do contexto universal alterou completamente a maneira como o mundo é percebido. Essa era de inúmeras reflexões moldou o cenário social e institucional, inaugurando uma fase de mudanças significativas. No entanto, a narrativa se estende para além da Europa, reconhecendo que a construção da modernidade não pode ser entendida sem considerar o contexto global. Desse modo, a partir das reflexões postas por Grosfogue (2016), é possível destacar o período entre os séculos XV e XIX, delineando eventos cruciais como o Renascimento, o Absolutismo, a Reforma Protestante, o Iluminismo, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. Esses acontecimentos, muitos deles centrados na Europa, contribuíram para a formação da modernidade como a conhecemos.

Assim destaca Ribeiro (2022) ao abordar e caracterizar os séculos e momentos específicos que podem ser compreendidos como os marcos temporais fundamentais para desencadear a modernidade:

> Pode-se dizer que existe uma modernidade pensada a partir dos fatos ocorridos na Europa (no que hoje conhecemos como tal), entre os séculos XV e XVIII (ou quiçá XIX), no qual podemos listar o Renascimento (século XV em diante), o Absolutismo (a partir do século XVI), a Reforma Protestante (também desde o século XVI), o Iluminismo (a partir do século XVIII), a Revolução Francesa e a Revolução Industrial (especialmente a partir do século XIX). É a este período e a este cenário aos quais nos remetemos comumente ao tratar da modernidade. Dussel (1994) critica duramente o projeto habermasiano de modernidade, que se iniciaria no século XVIII, e para o qual a presença da América Latina não tem lugar. No entanto, outro cenário engendra este período: os séculos XV ao XIX significaram o período do colonialismo, escravização, genocídio, exploração de riquezas minerais e de força de trabalho dos continentes africano, asiático e americano. (RIBEIRO, 2020, p. 7).

A modernidade é um período histórico e uma era cultural que se estendeu aproximadamente do final do século XVIII até o século XX, caracterizado por mudanças significativas nas esferas social, econômica, política e cultural e trouxe consigo uma série de transformações e reflexões que moldaram profundamente o mundo em que vivemos hoje. Cordeiro (2023, p. 396) explica que "No século XIX, e mais notadamente no século XX, se evidencia cenários carregados de transformações e tecnologias da modernidade, oriundas da racionalização".

Conforme destaca Stuart Hall (2019), "o nascimento do "indivíduo soberano", entre o Humanismo Renascentista do século XVI e o Iluminismo do século XVIII, representou uma ruptura importante com o passado". Esse período foi crucial para compreendermos os movimentos de mudanças socioculturais decorrentes destes marcos temporais, que foram fundamentais para a construção de um novo momento na história da humanidade, de avanços, declínios, construção e renovação de toda uma sociedade.

Acredita-se que a construção de novos conceitos desenvolvidos durante esses momentos históricos entre os séculos XVI e o XVIII foram responsáveis por colocar em execução o movimento da "modernidade" como compreendemos a evolução e origem das coisas. Cordeiro (2023, p. 394) pontua que com "[...] o uso do conhecimento, com base na ciência e na técnica, fundamentadas no século XVII, que caracterizava o avanço histórico da modernidade [...] a "razão" acabou por ser usada enquanto instrumento de dominação ideológica e de decisão política [...]". A perspectiva trazida por Cordeiro (2023) permite afirmar que tais relações reforçaram, inclusive, as relações de poder na emergência da Modernidade.

Raymond Williams (1976) ressalta que:

> [...] a história moderna do sujeito individual reúne dois significados distintos: por um lado, o sujeito é "indivisível" – uma entidade que é unificada no seu próprio interior e não pode ser dividida além disso; por outro lado, e também uma entidade que é "singular, distintiva, única.

Um outro marco importante para se pensar na construção e transformação do sujeito moderno foi pautado no descentramento do sujeito moderno, um conceito que surge a partir das reflexões e críticas sobre a concepção tradicional do indivíduo na modernidade (GAMBOA, 2023). Ao longo da história moderna, houve uma ênfase significativa no indivíduo como o centro do conhecimento, da experiência e da ação. Esse sujeito moderno é caracterizado por sua racionalidade, autonomia e capacidade de compreender e controlar o mundo ao seu redor (AGUILAR, 2020).

Para Brulon (2020, p. 5),

> Na história da filosofia moderna, a mente, como entidade separada de um corpo, já se definia, desde Aristóteles, como o único caminho à verdade. Depois, a realidade foi decomposta por Platão entre sua dimensão sensível, que é material, e logo inconsistente ou perecível, e a dimensão formal ou ideal, que pode ser apreendida pelo intelecto. A Modernidade europeia iria levar tal premissa às últimas consequências com Descartes e o método racionalista.

Essas ideias foram postas pelo filosofo René Descartes (1596-1650), a compreensão e materialização das ideias centralizadas no compartilhamento do pensamento cartesiano, que foi profundamente difundido neste período.

Ao ser atravessado pelas dúvidas e incerteza do deslocamento de Deus do centro do universo, Descartes rotulou duas substâncias distintas: “a substância espacial (matéria) e a substância pensante (mente). Ele refocalizou, assim, aquele grande dualismo entre a ‘mente’ e a ‘matéria’" (HALL, 2019) que tem afligido a Filosofa desde então. Deste modo, ao afirmar que as coisas deveriam ser explicadas, difundiu várias correntes de pensamentos para abordar e tratar sobre as questões que envolviam a sociedade e principalmente a forma de condução das práticas sociais.

Lelis, Mesquida e Oliveira Junior (2022, p. 346) explicam que o “eu pensante” em Descartes está ancorado na perspectiva de que a partir da “[...] racionalidade, é possível duvidar de tudo e colocar todas as coisas em suspensão de análise e juízo. A única coisa que não pode ser colocada em juízo nesse momento é a sua existência, visto que o fato de ele estar pensando faz dele um ser que existe”. Descartes defendeu uma abordagem metódica para a investigação do conhecimento, que se baseava na dúvida metódica, na análise racional e na divisão entre o sujeito pensante (*cogito*) e o mundo material (*res extensa*). Sua famosa frase "Penso, logo existo" (*Cogito, ergo sum*) tornou-se um lema para o pensamento cartesiano, enfatizando a centralidade da razão e do pensamento individual como fonte primordial de certeza.

Embora o pensamento cartesiano tenha trazido avanços significativos para o desenvolvimento da ciência e do método científico, também gerou algumas consequências e críticas relevantes: Racionalismo e dualismo; Fragmentação do conhecimento e Desencantamento do mundo.

Deste modo, diversas correntes filosóficas, sociológicas e culturais começaram a questionar essa concepção e a apontar para suas limitações e contradições. O descentramento do sujeito moderno envolve a ideia de que o indivíduo não é mais visto como o único ponto de referência absoluto para compreender a realidade e o mundo (CORDEIRO, 2023; HASAN *et al*., 2022).

Essas reflexões sobre a modernidade nos lembram que, apesar de todas as suas conquistas e avanços, ela também trouxe consigo uma série de desafios e dilemas complexos (HASAN *et al*., 2022). A compreensão dessas questões nos ajuda a abordar criticamente os problemas contemporâneos e a buscar caminhos para um futuro mais sustentável, inclusivo e equitativo.

A CONTEMPORANEIDADE E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS

A contemporaneidade é um período marcado por rápidas transformações sociais e culturais, que moldam a forma como vivemos, nos relacionamos e percebemos o mundo ao nosso redor. As mudanças socioculturais têm sido profundas, impactantes, e trazem tantos desafios quanto oportunidades para a sociedade contemporânea (GAMBOA, 2023).

Pensar a contemporaneidade, na perspectiva de White (2009), é compreender que a cultura é dinâmica e está em constante mudança. Marques (2023, p. 110), valendo-se do pensamento de Nestor García Canclini, afirma que o pensador recorreu a perspectivas mais abrangentes "[...] para explicar e perceber que as transformações culturais que foram geradas pelas tecnologias de última geração assim como por mudanças na produção e circulação simbólica não mais eram exclusiva responsabilidade dos meios de comunicação". Desse modo, as principais mudanças culturais podem ocorrer devido a diversos fatores, como outras culturas, avanços tecnológicos, eventos históricos e mudanças no ambiente social.

A cultura se adapta e evolui de acordo com as necessidades e desafios enfrentados pela sociedade ao longo do tempo. Segundo Saaida (2023), a cultura é dinâmica e evolutiva, sendo influenciada pela globalização, migração, avanço tecnológico e transformações sociais e políticas. Esses fatores resultam em variações significativas entre e dentro das diferentes sociedades. O autor afirma, ainda, que a cultura abrange crenças, valores, práticas, costumes e artefatos compartilhados que caracterizam um grupo ou sociedade, incluindo língua, religião, organização social, artes e tecnologia.

White (2009) argumenta que a cultura é aprendida e transmitida através da socialização, ou seja, é por meio das interações com outros membros da sociedade que os indivíduos internalizam os padrões culturais e aprendem a agir de acordo com as normas e valores estabelecidos. O autor ressalta, também, a importância da cultura na estruturação das relações sociais e no funcionamento da sociedade como um

todo. A cultura fornece as regras e normas que orientam a interação entre os indivíduos, estabelecendo os papéis sociais, as hierarquias e as expectativas dentro da comunidade.

Um ponto de partida importante para se começar a entender um dos principais mecanismos de mudanças relacionadas a modernidade em seu processo de mudança consiste principalmente na ideia de como identificamos os processos de "globalização" a partir de interesses sobre os aspectos relacionados a identidade cultural. Conforme Hall (2019), entender essa essência de mudança é dialogar com um ponto de vista bastante específico que relaciona os processos de desenvolvimento de como Marx discorria acerca de um dos aspectos primordiais no que tange a relação de transformação da sociedade modernidade:

> é o permanente revolucionar da produção, o abalar ininterrupto de todas as condições sociais, a incerteza e o movimento eternos ... Todas as relações fixas e congeladas, com seu cortejo de vetustas representações e concepções, são dissolvidas, todas as relações recém-formadas envelhecem antes de poderem ossificar-se. Tudo que é sólido se desmancha no ar. (MARX; ENGELS, 1973, p. 70).

Deste ponto de vista, conseguimos compreender que as sociedades modernas são pautadas principalmente por grandes transformações que ocorrem de modo rápido e que se tornam permanentes. Giddens (1990) identifica as principais relações de transformações no aspecto de interações, à medida que o mundo vai se conectando: "à medida que áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da terra" (GIDDENS, 1990, p. 6) e a natureza das instituições modernas.

Os mecanismos que formam uma identidade não nascem ou surgem simplesmente "do nada"; é um processo, natural ou não, que perpassa por diversas fases do âmbito social, material e imaterial, dependendo de que modo essa identidade vai ser inserida ou deslocada. Deste modo, podemos perceber e trazer a luz para a reflexão posta por Hall (2019, p. 38) sobre a formação de uma identidade:

> a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo., através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo "imaginário" ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre "em processo", sempre "sendo formada".

A perspectiva teórica de Hall (2019) fundamenta-se na compreensão da identidade como um constructo dinâmico moldado ao longo do tempo por processos inconscientes. Contrapondo a concepção de uma identidade inata presente na consciência desde o nascimento, Hall (2019) destaca que a identidade é um fenômeno complexo, permeado por elementos imaginários e fantasiosos que contribuem para sua formação. Essa visão implica que a identidade é, por natureza, um estado sempre

em fluxo, caracterizado por uma natureza intrinsecamente incompleta. Ao enfatizar a contínua formação da identidade, Hall sugere que esta não é um produto estático, mas sim um processo em constante evolução, moldado por experiências, influências culturais e interações sociais.

A abordagem de Hall (2019) ressalta a fluidez e a contingência inerentes à formação da identidade, desafiando concepções estáticas e essencialistas. Ao reconhecer a presença do elemento imaginário na unidade identitária, Hall (2019) enfatiza que a identidade é construída em relação a outros, mediada por representações culturais e sociais. Essa compreensão dinâmica da identidade tem implicações significativas para os estudos culturais e sociais, destacando a necessidade de considerar as múltiplas influências que moldam a identidade ao longo do tempo. A ênfase na identidade como um processo em constante formação abre espaço para uma análise mais rica e contextualizada das experiências individuais e coletivas, contribuindo para uma compreensão mais holística e sensível da complexidade humana.

Para Thompson (1995), "o padrão de cultura pode ser definido como significados incorporados nas formas simbólicas, que inclui ações, manifestações verbais e objetos significativos de vários tipos, em virtude dos quais os indivíduos comunicam-se entre si e partilham suas experiências, concepções e crenças" (THOMPSON, 1995). Ou seja, uma formação identitária, promovida por um determinado grupo.

As identidades não são somente construídas no contato entre pessoas de um mesmo ciclo social, como a família, por exemplo. Existe um aglomerado maior que é responsável por moldar tradições e perpetuar saberes. Chiappin (1994, p. 45) ressalta a ideia de nação que para ele é definido da seguinte maneira:

> mais amplo agrupamento cultural de pessoas e o mais abrangente nível de identidade cultural que se verifica entre os homens, excetuando-se aquilo que distingue os seres humanos das demais espécies. Define-se por elementos objetivos comuns, como língua, história, religião, costumes e instituições, e também pela auto-identificação subjetiva dos povos.

Os processos de construção de identidade e de culturas podem ser considerados pelos ensaios postos por Bourdieu (2010) em uma de suas maiores contribuições, que foi a construção da ideia e o conceito de "habitus", que se refere às disposições incorporadas e internalizadas pelos indivíduos ao longo de suas vidas, influenciando suas percepções e ações dentro de um contexto social específico. Ele enfatiza que as práticas sociais e culturais são guiadas por esses habitus, reforçando a ideia de que o poder simbólico opera de forma não coagente, mas por meio da aceitação e internalização de normas e valores sociais.

Esse conceito pode facilmente ser conectado com a ideia de nação exposta por Hall (2019): “As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso - um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (HALL, 2019, p. 50).

A interseção entre as reflexões de Hall (2019) e Scruton (1989) revela uma perspectiva epistêmica valiosa ao explorar a dinâmica das identidades nacionais. Hall destaca o caráter discursivo das culturas nacionais, argumentando que estas não se limitam a instituições culturais, mas incorporam símbolos e representações. Desse modo, uma cultura nacional é compreendida como um discurso que não apenas influencia nossas ações, mas também molda a concepção que temos de nós mesmos.

Esta visão corrobora com a noção de Scruton (1989 *apud* Hall, 2019), que examina as condições nas quais as identidades se configuram nos espaços sociais, tais identidades não emergem de uma vontade arbitrária de mudança ou criação, mas estão intrinsecamente condicionadas por outras identidades que permeiam seu entorno.

Assim, a compreensão profunda das identidades nacionais não apenas envolve a análise de suas manifestações superficiais, mas também demanda uma investigação epistêmica das relações e influências que subjazem à sua formação e desenvolvimento. Esse enfoque epistêmico enriquece a compreensão do papel fundamental que os discursos culturais e as interações sociais desempenham na construção das identidades nacionais, lançando luz sobre os processos complexos de moldagem identitária no contexto cultural.

Sendo assim, Scruton (1989 *apud* HALL, 2019, p. 156) ressalta que:

> A condição de homem (sic) exige que o indivíduo, embora exista e aja como um ser autônomo, faça isso somente porque ele pode primeiramente identificar a si mesmo com algo mais amplo - como um membro de uma sociedade, grupo, classe, estado ou nação, de algum arranjo, ao qual ele pode até não dar nome, mas que ele reconhece instintivamente como seu lar.

E essa condição é posta perante uma compreensão de uma identidade nacional, aquela na qual o indivíduo nasce e automaticamente faz parte. Entretanto, essa identidade não o define para o resto de sua vida. As transformações locais, ou até mesmo espaciais, desse indivíduo podem mudar ao longo dos anos, ou até mesmo sofrer influências e variações de outras culturas.

À medida que o pensamento da construção e preservação das identidades vai se modificando, os estudos sobre o poder e o papel dos seres dentro da sociedade vão se modificando também, uma vez que o pensamento e a ideia de cultura na pós-modernidade vão ganhando “novas” formas de se manter viva.

Assim, compreendemos como a sociedade começa a se preocupar e estudar as mudanças ocorridas, segundo Kobena Mercer: "a identidade somente se torna uma questão quando está em crise,

quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza" (MERCER, 1990, p. 43).

Stuart Hall (2019), ao abordar o sujeito como um indivíduo moderno na contemporaneidade, estabelece o ser humano como sujeito passivo a mudanças estabelecidas pelo meio ao qual está inserido, uma vez em que os processos de globalização passam a emergir de modo mais forte no modo de vida das sociedades na contemporaneidade.

O processo de globalização em que o mundo emergiu serviu não somente para “aproximar” as pessoas, mas também para ressignificar novos conceitos, conhecer e difundir novos hábitos, criar e recriar práticas sociais, uma vez que novos dispositivos foram criados e aprimorados para garantir uma maior interação entre povos e nações.

Pensar os processos de mudanças sociais ocorridas durante o final do século XIX e início do século XX serviu como objeto de estudo de muitos estudiosos para analisar as novas ramificações sociais, de um ponto de vista mais sociológico, visando compreender o papel e o significado das coisas.

A contemporaneidade é um período de intensas transformações socioculturais que desafiam as sociedades a repensarem seus valores, práticas e instituições. Essas mudanças têm o potencial de criar uma sociedade mais inclusiva, justa e sustentável, mas também apresentam desafios complexos que requerem reflexão crítica e ação coletiva para enfrentar os dilemas da nossa era.

PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa é reconhecida como uma busca intelectual que visa descobertas destinadas a impulsionar o progresso da ciência e da tecnologia em diversas áreas, embasada por conhecimento acadêmico (GUERRA, 2023). De acordo com Gil (2022, p. 18), a pesquisa é descrita como um "[...] processo lógico e organizado que busca oferecer soluções para os problemas propostos".

Nesse sentido, do ponto de vista metodológico, trata-se de um estudo de natureza básica e com fim exploratório e descritivo, tendo em vista que o estudo intenta desvelar e discutir as relações entre a museologia, a modernidade e as transformações socioculturais, especialmente por meio de uma abordagem decolonial, visando a compreensão mais ampla e a problematização dos aspectos históricos, culturais e sociais presentes nos museus dentro de um contexto moderno (GIL, 2022).

De abordagem qualitativa, o estudo se vale da pesquisa bibliográfica como procedimento técnico. Desse modo, foi realizado levantamento em bases de dados e bibliotecas digitais, tais como SciELO, Portal de Periódicos da CAPES, Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Metabuscador Oasis do IBICT, cujo recorte temporal compreendeu as produções realizadas nos últimos

3 (três) anos acerca de museologia, decolonialidade e pensamento decolonial em espaços musealizados. Para tal, foram consideradas as seguintes expressões de busca: Museologia AND Cultura Decolonial; Museologia AND Decolonialidade AND Giro Decolonial; Museu AND Modernidade AND Cultura; Museus AND Patrimônio cultural AND Decolonialidade; Museology AND Decolonial Culture; Museology AND Decoloniality AND Decolonial Giro; Museum AND Modernity AND Culture; Museums AND Cultural heritage AND Decoloniality.

Cabe pontuar que a temática "Museologia Decolonial" constitui categoria teórica emergente, logo, foram poucos os estudos recuperados sobre a temática. Outrossim, foram analisados os títulos, resumo, palavras-chave, objetivos, metodologia e resultados dos estudos, visando a composição do *corpus* bibliográfico que ancorou as discussões aqui empreendidas (RODRIGUES; NEUBERT, 2023). A sistematização das categorias discutidas neste estudo foi construída considerando tanto os fundamentos teóricos quanto as diretrizes da análise de conteúdo, considerando os aspectos semânticos e léxicos (BARDIN, 2016).

DECOLONIALIDADE EM ESPAÇOS MUSEAIS

No âmbito da museologia, a interseção entre cultura, sociedade, modernidade e decolonialidade tem se revelado um campo de estudos cada vez mais relevante e desafiador, especialmente sob uma perspectiva decolonial (BERGERON; RIVET, 2022). Essa abordagem visa romper com as estruturas hierárquicas e coloniais que historicamente moldaram as narrativas e práticas museológicas ao longo dos séculos. Nesse contexto, emerge a necessidade de dar voz às narrativas marginalizadas e fomentar a promoção da diversidade cultural nos museus.

O movimento decolonial defende uma reconfiguração substancial da dinâmica de produção, difusão e valoração do conhecimento, almejando transcender as injustiças e desigualdades engendradas pelo colonialismo. O desiderato é a instauração de uma ordem mundial mais justa, plural e diversificada, em que as perspectivas e contribuições de todos os estratos sociais sejam devidamente reconhecidas e respeitadas (SANTOS, 2021).

Na contemporaneidade, observa-se uma crescente valorização da busca por perspectivas críticas que visam a questionar e reformular os paradigmas estabelecidos. Dentro desse contexto, destaca-se o conceito central de decolonialidade, uma abordagem que transcende as estruturas de pensamento eurocêntricas e desafia as narrativas históricas predominantes. A decolonialidade propõe uma análise meticulosa e uma desconstrução profunda das heranças do colonialismo, não se restringindo à sua caracterização como um mero fenômeno histórico, mas reconhecendo-o como uma força persistente que

exerceu e continua a exercer influência sobre as estruturas sociais, culturais e epistemológicas em escala global.

A decolonialidade, enquanto abordagem crítica, almeja instigar uma profunda indagação e transcendência dos legados do colonialismo. Nesse contexto, a decolonialidade compromete-se a reconhecer e conferir valor aos conhecimentos e perspectivas emanados das culturas historicamente marginalizadas e oprimidas, vislumbrando, assim, a promoção de uma pluralidade epistêmica mais equitativa (RIZZO; FONSECA, 2019).

A abordagem decolonial propõe a instauração de uma reconstrução abrangente dos elementos fundamentais da existência humana, das dinâmicas de poder e do conhecimento, almejando a desarticulação das hierarquias e dualidades historicamente impostas pela modernidade e pelo colonialismo. Essas dicotomias envolvem, mas não se restringem a oriente/ocidente, setentrional/meridional, colonizador/colonizado, opulento/pobre, ambiente/cultura, etnia/brancura, feminino/masculino, expressão artística/ciência, entre outros. O propósito é questionar a legitimidade dessas categorizações emparelhadas que frequentemente resultam em relações de poder desiguais e corroboram a manutenção de estruturas dominantes (DUTRA; MONTEIRO, 2022).

Os museus possuem um papel fundamental em nossa sociedade no contexto da modernidade e contemporaneidade, uma vez em que estes espaços passaram a ter uma condição política e social. Freitas (2022, p. 2) endossa essa perspectiva afirmando que "[...] os museus são espaços públicos e um local de resistência na medida em que contribuem para a valorização das memórias das comunidades em que está localizado". As práticas educacionais difundidas dentro destes ambientes informacionais serviram e servem para se discutir sobre diversas formas de pensar a cultura e o patrimônio material e imaterial, tendo em vista que estes lugares de saber, e acima de tudo lugares hoje que educam, fizeram parte de um conglomerado de informações que ao longo dos anos foram sendo revistas.

Na contemporaneidade, os museus, por sua vez, carregam consigo uma função social, cultural, econômica, política e acima de tudo e acima de tudo educativa. Compreender o papel que essa instituição desempenha na sociedade contemporânea é fundamental para um entendimento das relações sociais e culturais nos últimos séculos.

As transformações sociais foram responsáveis por inúmeras mudanças que influenciaram diretamente a forma como os museus foram concebidos e operados a partir do desenvolvimento de sentidos e entendimento sobre esse espaço. Bourdieu (2004), ao destacar a construção do campo científico, coloca o museu dentro desta relação, uma vez que compreende esse campo da seguinte maneira "Um campo é um espaço estruturado de posições disputadas por agentes e instituições". Sob

essa perspectiva, surgiram questionamentos sobre a adequação dos museus às demandas de uma sociedade cada vez mais globalizada, multicultural e conectada.

Houve um tempo em que os estudiosos acreditavam que quem conhece um assunto é completamente separado desse assunto e não é influenciado pelas diferenças raciais e geopolíticas presentes no mundo. No entanto, hoje em dia, essa visão não é mais sustentável, pois entende-se que as pessoas são afetadas pela sua origem racial e pelas configurações geográficas e culturais, o que impacta diretamente na forma como elas conhecem e interpretam o mundo ao seu redor.

O racismo é um problema social e estrutural que tem suas raízes históricas em preconceitos e discriminações baseadas em características raciais. Durante muito tempo, muitas sociedades adotaram visões hierárquicas e prejudiciais em relação a diferentes grupos raciais, resultando em desigualdades sistêmicas e injustiças. Santiago Castro-Gómez (2007) defendia que a húbris do ponto zero frequentemente perpetuava estereótipos e visões unilaterais sobre diferentes grupos étnicos, ignorando a complexidade das experiências individuais e culturais.

Mignolo (2017, p. 5) expõe que:

> O racismo secular chegou a ser baseado na egopolítica do conhecimento; entretanto, aconteceu que os agentes e as instituições que incorporavam a egopolítica secular do conhecimento eram, como aqueles que incorporavam a teopolítica do conhecimento, principalmente homens europeus e brancos.

Para o historiador e museólogo mexicano Morales Moreno, o museu herdado nas colônias foi concebido pelos europeus como uma forma de "regulação racional das óticas estéticas e descritivas do mundo" (MORENO, 2012, p. 215). Conceber a ideia de que este racismo se encontra presente dentro dos espaços museológicos serve para refletirmos sobre a importância das representações que o sujeito colonizador passou a utilizar do seu poder inerente de outros tempos para perpetuar sua soberania dentro dos países e espaços colonizados. Lutar contra essa imagem autoritária não significa esquecer o passado, mas sim, mostrar que o processo de colonização foi extremamente cruel para os povos colonizados, sobretudo os povos escravizados.

Ao longo dos séculos, os museus foram influenciados por uma perspectiva eurocêntrica que marginalizou e silenciou vozes não dominantes. As coleções exibidas, as práticas curatoriais e até mesmo a arquitetura dos museus refletem os ideais coloniais, perpetuando representações estereotipadas e hierarquias culturais.

Sobre as coleções que compunham o acervo etnológico do Museu Nacional, Oliveira (2011) destaca que eram "absolutamente perpassadas de historicidade, que lhes foi investida no próprio contexto de sua coleta". Os objetos do museu, quando analisados pelo antropólogo, contêm em sua

própria forma física a história do desaparecimento das culturas indígenas e da colonização. Em outras palavras, esses objetos materiais guardam evidências do apagamento e da opressão sofridos pelos povos indígenas durante o período colonial.

Sendo assim:

> [...] flechas, arcos, colares, bordunas e cocares usados por líderes indígenas – correspondem a presentes ofertados pelos dirigentes indígenas por ocasião de seu batismo cristão, como prova de amizade e de celebração da paz com os brancos. São em geral peças extremamente valiosas e singulares, pois provêm de pessoas e coletividades historicamente definidas, que se despojavam de bens culturais raros para estabelecer uma relação de aliança e de submissão ao imperador e seus representantes. (OLIVEIRA, 2011, p. 54).

Essa abordagem desconsidera a conexão entre as pessoas retratadas nos objetos do museu e o contexto histórico de opressão e colonização que levou à sua preservação nesses espaços. O que, por sua vez, leva esses sujeitos ao esquecimento e um apagamento de suas histórias. Os processos de decolonialidade, surgem, para dar voz e significado a objetos que possuíram um dono, possuíam uma história e acima de tudo uma identidade.

As reflexões sobre a colonialidade são recentes, surgiram na década de 80 e início da década de 90, por isso, precisa-se ainda aprofundar cada vez mais estas discussões, para que haja uma compreensão do que venha ser colonialidade e sobretudo a descolonização. Mingnolo (2017, p. 5) retrata em seus estudos que a colonialidade representou e foi o lado mais obscuro da modernidade:

> A “colonialidade” é um conceito que foi introduzido pelo sociólogo peruano Anibal Quijano, no final dos anos 1980 e no início dos anos 1990” que tem como conceito a seguinte premissa: “A colonialidade nomeia a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental desde o Renascimento até hoje, da qual colonialismos históricos têm sido uma dimensão constituinte, embora minimizada.

Para construir um paralelo entre o pensamento de autores que abordam as questões que envolvem mudanças e significados socioculturais, propõe-se uma reflexão sobre a seguinte fala de Becker (2009): “Cada fato, em seu contexto social, implica e convida a interpretações. As pessoas passam facilmente e sem muita reflexão de uma coisa à outra. Os mesmos fatos darão lugar a muitas interpretações”. Embora os espaços de transmissão dos saberes como os museus possam ser lugares para contar uma história a partir da utilização de objetos, a forma como cada elemento vai ser abordado dentro desses espaços pode ser completamente diferente do que de fato tem ocorrido em espaços de tradição colonialista.

A decolonialidade emerge como um ato de resistência que transcende as esferas tanto políticas quanto epistemológicas, ao aspirar e principalmente contestar de maneira vigorosa as estruturas de poder

e as hierarquias de conhecimento, cuja imposição remonta ao período colonial e, notavelmente, persiste em diversas áreas da sociedade contemporânea (RAMOS; SILVA, 2022).

A museologia decolonial é uma abordagem crítica que visa desafiar as estruturas coloniais presentes nos espaços museológicos e reavaliar a forma como o conhecimento e a cultura são representados e disseminados nos museus. Essa perspectiva busca reconhecer e valorizar as vozes, perspectivas e conhecimentos das comunidades marginalizadas ou colonizadas que muitas vezes foram excluídas ou distorcidas pela narrativa eurocêntrica dominante nos museus.

Segundo Mignolo (2017, p. 5),

> O pensamento descolonial e as opções descoloniais (isto é, pensar descolonialmente) são nada menos que um inexorável esforço analítico para entender, com o intuito de superar, a lógica da colonialidade por trás da retórica da modernidade, a estrutura de administração e controle surgida a partir da transformação da economia do Atlântico e o salto de conhecimento ocorrido tanto na história interna da Europa como entre a Europa e as suas colônias.

A decolonialidade nos espaços museais emerge como um conceito e uma prática essenciais que buscam desafiar e desconstruir as estruturas coloniais profundamente enraizadas nas instituições culturais, com foco particular nos museus. A abordagem descolonial procura questionar de maneira crítica o legado persistente do colonialismo e sua influência na concepção, exibição e interpretação de arte, cultura e patrimônio dentro desses espaços. A citação destacada enfatiza a natureza inexorável do esforço descolonial, apresentando-o como um empreendimento analítico dedicado a compreender e, posteriormente, superar a lógica subjacente à retórica da modernidade. O autor destaca a interligação entre a colonialidade e a estrutura de administração e controle que se desenvolveu a partir das transformações econômicas no Atlântico, assim como o impacto do salto de conhecimento tanto na história interna europeia quanto nas relações entre a Europa e suas colônias.

Ao refletir sobre contribuições para uma desconstrução do pensamento Eurocêntrico dentro dos espaços museais, Mauss (2003) tem sido amplamente discutido e influente na antropologia, sociologia e estudos culturais. Ele nos convida a pensar além das relações econômicas puramente utilitárias e a considerar as dimensões simbólicas e culturais das práticas sociais, demonstrando que a dádiva é uma forma poderosa de construir e manter laços de solidariedade e identidade entre os membros de uma sociedade.

Embora Mauss (2003) não tenha abordado a museologia decolonial em si, suas ideias sobre práticas culturais e trocas podem ser consideradas como um dos muitos pontos de partida para as reflexões e discussões sobre a descolonização dos espaços museológicos e a valorização das culturas e saberes das comunidades historicamente marginalizadas.

No cerne do pensamento descolonial e das opções descoloniais está o desafio de desvendar as amarras que perpetuam a colonialidade, transcender a retórica moderna e compreender as complexas dinâmicas que surgiram a partir da relação entre a Europa e suas colônias. Este esforço analítico não apenas ilumina as limitações presentes nas narrativas históricas tradicionais, mas também aponta para a necessidade de reconfigurar radicalmente as práticas museológicas, de modo a romper com as estruturas opressivas e promover uma representação mais autêntica e inclusiva da diversidade cultural.

> [...] uma sala de museu é palco para a encenação de identidades forjadas por relações de poder sedimentadas pelo tempo desde a colonização. Paredes e vitrines, em suas divisões retilíneas, decompõem o mundo em seus fragmentos para a compreensão visando a dominação de seu conjunto. Os museus, ao encenar o Outro construindo distâncias invisíveis entre quem vê e quem é visto, quem produz e quem consome, ou quem pensa e quem é objeto de pensamento, materializam, nos regimes de colonialidade herdados de um passado pouco contestado, os patrimônios valorados no presente (MIGNOLO, 2017).

As ideias de decolonialidade nos espaços museais emergem de uma crítica à história do colonialismo, em que muitos artefatos, objetos culturais e obras de arte foram coletados durante a era de impérios coloniais e levados para os países colonizadores, geralmente na Europa, para fins de estudo, exibição e curiosidade exótica. Esse processo frequentemente despojou as culturas de origem desses objetos de suas riquezas culturais e significados, perpetuando uma visão eurocêntrica que marginaliza e minimiza outras culturas e histórias.

Posto isso, o pensamento da decolonialidade não é pautado simplesmente no ato de esquecer a história, muito pelo contrário, é lembrar da história de modo como ela ocorreu, não abordar simplesmente os fatos Eurocêntricos concebidos ao longo dos séculos pelos países e continentes colonizados, “multiplicidade radical de saberes locais” (HARAWAY, 1988, p. 579).

Desse modo, para Brulon (2020, p. 26), deve-se abordar as práticas decoloniais dentro dos museus da seguinte maneira:

> Descolonizar museus e patrimônios é desnaturalizar a matéria sedimentada nas reservas técnicas dos séculos anteriores para imaginar outras materializações possíveis, para além dos regimes normativos que engendraram a museologia que nos foi legada. Descolonizar o pensamento sobre os museus e a museologia implica reimaginar os sujeitos dos museus, bem como os corpos passíveis à musealização.

Sobre a musealização de espaços não somente museais, mas também os espaços educacionais como forma de refletir sobre as transformações sociais ocorridas a partir dos fatos históricos que foram cruciais para a construção e perpetuação de identidades, memórias, Brulon (2020) destaca que: “Musealizar é uma forma de construir consenso sobre o valor e sobre a matéria, se percebemos que os

museus são instituições organicamente ligadas às sociedades. É a sociedade que produz o valor transmitido pelos museus". Tal reflexão permite colocar os museus dentro de um espaço de luta social contra o racismo e a desigualdade histórica que muitos povos passaram ao longo dos séculos devido ao seu processo de colonização.

Assim, descolonizar os pensamentos postos dentro dos museus é trazer consigo uma maior narrativa sobre os fatos sociais e, principalmente, sobre os poderes de dominação que estes espaços perpetuaram ao longo dos séculos. Bourdieu (2010), ao destacar a construção de uma ideia sobre o imaginário das violências, sobretudo o poder simbólico, localiza também para o atentamento das narrativas postas dentro dos espaços museais.

Uma das suas contribuições para o campo cultural é construída sob a ótica das disputas simbólicas. Bourdieu desenvolveu o conceito de "campo cultural", que se refere aos espaços sociais em que ocorrem disputas simbólicas entre atores com diferentes formas de capital cultural. Nesses campos, as lutas pelo reconhecimento e pela legitimação de determinadas práticas culturais moldam as transformações no cenário cultural.

Entrelaçar essas vertentes sociológicas para um debate sobre a decolonialidade implica em uma abordagem desenvolvida por Bourdieu sobre as transformações socioculturais pontuando a importância das relações de poder, das lutas simbólicas e das estruturas sociais na moldagem da cultura e da sociedade. Suas teorias têm sido amplamente aplicadas em diversas áreas do conhecimento, contribuindo para uma compreensão mais profunda das mudanças sociais e culturais que ocorrem ao longo do tempo.

Desse modo, Brulon (2020) cita um ponto importante para se refletir sobre o que alguns indivíduos podem vir a se questionar sobre o porquê a história dentro dos espaços museológicos devem "mudar", quando, na verdade, não é um processo de mudança, e sim, de contar o outro lado da história. Coimbra (2023, p. 5) chama atenção para o fato de que os "discursos policêntricos da modernidade [...] e o pensamento decolonial [...] têm obrigado os museus a enveredarem por uma autocrítica das omissões persistentes, tanto na sua política expositiva como nas incorporações e nas narrativas das suas coleções". Sendo assim, Brulon (2020, p. 30) destaca que:

> A revisão do pensamento aqui proposta não prevê um abandono do dispositivo museu ou sua extinção para as sociedades do presente, mas a sua reinterpretação nos contextos tocados pela colonização, visando configurar novos regimes de valor para produzir patrimônios. Tal revisão, como demonstramos, compreende repensar o próprio pensamento para se imaginar materialidades outras, patrimônios outros, vidas outras passíveis de serem valoradas.

O que Brulon (2020) pontua ressalta a importância de uma revisão crítica no pensamento associado aos dispositivos museológicos, especialmente quando confrontados com os legados da colonização. O autor argumenta que essa revisão não implica necessariamente o abandono dos museus, mas sim uma reinterpretação profunda de seu papel nas sociedades contemporâneas. A proposta visa estabelecer novos regimes de valor que possam gerar patrimônios mais inclusivos e representativos.

Nesse contexto, a revisão proposta requer uma transformação não apenas nos objetos expostos, mas na própria estrutura conceitual que permeia o museu, buscando criar espaços que possibilitem a valorização de materialidades diversas, patrimônios alternativos e, por conseguinte, vidas que tradicionalmente têm sido marginalizadas ou subalternizadas. Em consonância com o que pontua Tolentino (2023, p. 145), afirma-se que "O museu tem sentido na medida em que está organicamente relacionado ao seu território, bem como ao levar em conta que os processos de musealização estejam atrelados às demandas da sociedade e da comunidade a que serve".

A compreensão da revisão do pensamento proposta por Brulon (2020) implica, portanto, em um desafio profundo na esfera intelectual. O autor destaca a necessidade de repensar não apenas as práticas museológicas, mas o próprio processo de pensamento que fundamenta tais práticas. Ao sugerir a imaginação de "materialidades outras, patrimônios outros, vidas outras passíveis de serem valoradas," Brulon (2020) aponta para a necessidade de uma ruptura epistemológica, na qual se questionam e reformulam as categorias tradicionais de valor e significado cultural.

Este chamado à revisão não apenas enfrenta as complexidades da herança colonial, mas também convoca a uma reflexão profunda sobre as estruturas de poder subjacentes à museologia, promovendo a construção de espaços museológicos mais inclusivos e reflexivos, capazes de reconhecer e celebrar a diversidade cultural. Em diálogo com Medeiros, Souza e Ribeiro (2023, p. 425), evidencia-se "[...] que uma das principais formas de criar um patrimônio decolonial seja pela difusão dessas narrativas, posto que, ao disseminá-las, a população torna-se dona de seu passado.

Nessa esteira, a museologia decolonial propõe uma descolonização da forma como os objetos culturais são adquiridos, exibidos e interpretados em museus, respeitando a autenticidade cultural e os direitos das comunidades de origem desses objetos. Além disso, busca uma maior representatividade de diferentes culturas e histórias, promovendo uma perspectiva mais inclusiva e pluralista da história e da cultura em tais espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações sociais ocorridas durante os últimos séculos foram vetores de partida para se pensar na construção de uma sociedade cada vez mais reflexiva sobre a sua história e, principalmente,

sobre o papel em que cada indivíduo e instituição possui, no que se refere às formas de organizar e disseminar informações nos museus. As correntes filosóficas difundidas na explosão da sociedade moderna, juntamente com o conhecimento cartesiano e as múltiplas *faces* dos indivíduos dentro da sociedade, fizeram com que o "Eu" passasse a emergir e se ver como centro do universo em uma visão eurocêntrica do conhecimento e da perpetuação de correntes filosóficas e políticas, que passaram a ser ditas e instaladas como um pensamento único e universal dentro de um sistema global.

As correntes filosóficas e políticas pautadas na construção do pensamento decolonial vigentes dentro dos espaços museais atualmente servem para combater as narrativas coloniais de processos de colonização marcados por grandes histórias harmônicas ao longo dos anos. Refletir na perspectiva do pensamento cartesiano de Descartes contribuiu para se construir uma rede de iniciativas decoloniais pautadas nos processos de formação das exposições dentro dos espaços museológicos.

Apesar das críticas, a modernidade e o pensamento cartesiano foram fundamentais para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e do conhecimento empírico, que moldaram profundamente a sociedade contemporânea. No entanto, as reflexões sobre essas questões continuam sendo relevantes para buscar um equilíbrio entre a razão e a intuição, a ciência e a ética, a fim de promover uma compreensão mais holística e integrada do mundo e do ser humano.

Uma vez que sua corrente filosófica pautada na construção de indagações e reflexões sobre o movimento de que tudo deveria ser explicado, concebemos a ideia de que o museu é um local de pensar, interagir e questionar-se sobre fatos, história e construções de narrativas identitárias que se perpetuaram ao longo dos séculos.

Os espaços museais têm sido palco de importantes debates sobre representação cultural, identidade e poder. Diante das heranças coloniais presentes nas instituições museológicas, a decolonialidade emerge como um movimento crítico que busca desmantelar as estruturas de dominação, promover a inclusão e reinventar as narrativas históricas.

Em síntese, a abordagem crítica e decolonial aplicada à análise da evolução do pensamento museológico, conforme delineado no presente texto, revela a necessidade premente de repensar e reconstruir os paradigmas institucionais. A compreensão de que a memória e o poder estão intrinsecamente entrelaçados nos espaços museais, como expresso por Mario Chagas, instiga a uma reflexão aprofundada sobre o papel dessas instituições na sociedade contemporânea.

Diante disso, propõe-se a implementação de estratégias que busquem uma descolonização efetiva dos museus, promovendo uma abordagem mais inclusiva e diversificada na preservação do patrimônio cultural. Isso pode ser alcançado por meio da revisão crítica das narrativas históricas, priorizando a representação de vozes marginalizadas e a desconstrução de estereótipos. Além disso, a promoção de

diálogos decoloniais e a colaboração ativa com comunidades locais podem contribuir para uma reconstrução mais autêntica e plural da memória coletiva.

Essas propostas almejam não apenas aprimorar a representatividade nos espaços museais, mas também redefinir o papel dessas instituições como agentes ativos na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Ao reconhecer o potencial transformador dos museus, especialmente quando desvinculados de estruturas eurocêntricas, a sociedade pode se beneficiar de narrativas mais plurais e autênticas, contribuindo para a promoção de diálogos sociais enriquecedores e para a preservação de uma memória coletiva mais justa e igualitária.

Sendo assim, pensar em decolonialidade dentro das instituições museais é pensar em toda uma estrutura social, uma vez em que atos políticos, filosóficos e educacionais são vetores de mudanças e agentes de transformação. Trabalhar em uma desconstrução colonial dentro das instituições museológicas dos países que mais sofreram com os processos de colonização não é uma construção de apagamento da história, mas sim uma forma de reforçar e levar uma história decolonial para dentro desses espaços, dando voz e ênfase aos povos originários e suas tradições.

As lutas decoloniais na contemporaneidade vão ganhar cada vez mais força, já que novos mecanismos de luta estão sendo criados dentro das sociedades em redes, que vão se construindo e se consolidando dia após dia. Decolonizar é, sobretudo, trazer e manter viva a história, perpetuar e difundir as identidades dos povos originários que vivem dentro de seus territórios e foram expulsos, explorados e marginalizados, tendo seus corpos silenciados e suas mentes engessadas por um padrão escravocrata, eurocêntrico que o mundo moderno tratou de perpetuar.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, L. F. “Modernidad, Racionalidad, Efectividad: en conmemoración de Max Weber”. **Espiral**, vol. 27, n. 78, 2020.

AHMED, F. “Culture and Symbolic Transformations: Understanding the Dynamics of Societal Change”. **International Research Journal of Modernization in Engineering Technology and Science**, vol. 5, n. 8, 2023.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Editora Edições 70, 2016.

BERGERON, Y.; RIVET, M. “Introduction. Decolonising museology or ‘reformulating museology’”. **ICOFOM Study Series**, vol. 49, n. 2, 2022.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRULON, B. “Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para repensar os museus”. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, vol. 28, 2020.

CASTRO-GÓMEZ, S. “The Missing Chapter of Empire: Postmodern reorganization of coloniality and post-Fordist capitalism”. **Cultural Studie**s, vol. 21, 2007.

CHIAPPIN, R. N. “O paradigma de Huntington e o realismo político”. **Lua Nova**, n. 34, 1994.

COIMBRA, F. “Por um ‘arquivo vivo’: uma abordagem decolonial à coleção do Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian”. **MIDAS**, n. 16, 2023.

CORDEIRO, D. B. “Controle, subjugação e produção mortífera: uma análise sobre o projeto de emancipação racional, da modernidade à pandemia da COVID-19”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 14, n. 40, 2023.

COSTA, O. B. R. “Onde estamos? considerações sobre a modernidade, negacionismo, ciência e a covid-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 3, n. 8, 2020.

DUTRA, D. S. A.; MONTEIRO, B. A. P. “Decolonialidade na formação de professores/as e interlocuções no ensino de ciências e matemática: um olhar sobre teses e dissertações”. **Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, vol. 8, n. 2, 2022.

FREITAS, M. B. “O passado e a memória como instrumentos decoloniais na prática da sociomuseologia: analisando a Exposição ‘Jardim das Memórias’”. **Revista Espacialidades**, vol. 18, n. 2, 2022.

GAMBOA, R. “La economía política como disciplina de la organización biopolítica en la modernidad”. **Intersticios Sociales**, n. 25, 2023.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Barueri: Editora Atlas, 2022.

GROSFOGUEL, R. “A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI”. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 31, 2016.

GUERRA, A. L. R. “Metodologia da pesquisa científica e acadêmica”. **Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação**, vol. 1, n. 2, 2023.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2019.

HARAWAY, D. “Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective”. **Feminist Studies**, n. 3, 1988.

HASAN, M. *et al.* “Socioeconomic Status, Individual Modernity, Economic Literacy, and Consumer Rationality of Millennials”. **Journal Economic**, vol. 18, n. 1, 2022.

LELIS, D. A. J.; MESQUIDA, P.; OLIVEIRA JUNIOR, A. R. “René Descartes: sua contribuição para a ciência moderna e o impacto das suas ideias na educação”. **Revista Teias**, vol. 23, n. 69, 2022.

MARQUES, W. R. “A metamorfose espacial da Ilha de São Luís do Maranhão: olhares da sociologia urbana sobre a cidade”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 14, n. 40, 2023.

MARX, K.; ENGLS, F. “The Communist Manifesto”. *In*: MARX, K.; ENGLS, F. **Revolutions of 1848**: Harmonds worth. Berlin: Pengnin Books, 1973.

MAUSS, M. “Ensaio sobre a dádiva”. *In*: MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Editora Cosac e Naify, 2015.

MEDEIROS, H. T.; SOUZA, D. M. V.; RIBEIRO, D. L. “Um patrimônio decolonial é possível? um estudo sobre a cidade de Gravataí/RS”. **Revista Mosaico**, vol. 15, n. 23, 2023.

MIGNOLO, W. D. “Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, n. 94, 2017.

MOCELLIM, A. D. D. O “Reencantamento do Mundo: considerações preliminares”. **Anais da XXXV Reunião Anual da Anpocs**. Caxambu: Anpocs, 2011.

MORENO, L. “Museología subalterna (sobre las ruinas de Moctezuma II)”. **Revista de Indias**, vol. 72, n. 254, 2012.

OLIVEIRA, J. P. “O retrato de um menino bororo: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus. Séculos XIX e XXI”. **Musas – Revista Brasileira de Museus e Museologia**, n. 5. 2011.

RAMOS, A. S.; SILVA, A. L. S. “A etnofísica em teses e dissertações: uma revisão na perspectiva decolonial”. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, vol. 9, n. 21, 2022.

RIZZO, T. P.; FONSECA, A. B. C. “Concepções e práticas de educação e saúde da população negra: uma revisão integrativa da literatura brasileira”. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, vol. 13, n. 4, 2019.

RODRIGUES, R. S.; NEUBERT, P. S. **Introdução à pesquisa bibliográfica**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2023.

SANTOS, Y. T. **Perspectivas decoloniais nos estudos culturais em comunicação**: uma revisão sistemática (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Comunicação Social). Viçosa: UFV, 2021.

TOLENTINO, A. B. “Museologia social e comunitária na Paraíba: memoriação, lutas e resistências”. **Revista Iberoamericana de Turismo**, vol. 13, 2023.

WHITE, L. A.; DILLINGHAM, B. **O Conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2009.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano V | Volume 16 | Nº 48| Boa Vista |2023

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima